

Paulo Paiva vê risco de calote sem ajuste fiscal

Ministro acha que não há possibilidade de crescimento sustentado com aumento da dívida pública em relação ao PIB

Ou o Brasil faz o ajuste fiscal no próximo ano ou corre o risco de retornar aos tempos de hiperinflação e do calote da dívida da década de 80. A análise é do ministro do Planejamento, Paulo Paiva, para quem não é mais possível o governo continuar aumentando a dívida pública para compensar o que gasta além do que arrecada.

O ministro não está sozinho em sua avaliação para 1999, contando com o apoio de vários economistas fora do governo. "Se aumentamos a dívida para alavancar o crescimento caímos na primeira curva que aparecer", observou o ministro.

Para alguns empresários que criticam a política econômica Paulo Paiva manda um recado: "Os juros altos refletem exatamente o desequilíbrio das contas públicas e só poderão cair na medida que os investidores perceberem que o Brasil está gastando menos do que arrecada."

O ministro rebate os que pedem crescimento econômico sem ajuste fiscal dizendo que eles estão revivendo a tese de que o governo pode gerar um pouco de inflação e aumentar um pouco o déficit público para estimular a economia. "Fazemos política monetária com os pés no chão e não reagimos a pressões políticas nessa área.", garantiu o titular do Planejamento.

Mesmo assim, fora do Brasil existe a opinião de que o governo brasi-

Raimundo Paccó 31.8.98



Paulo Paiva: Defesa da política monetária "com os pés no chão"

leiro precisa encontrar rapidamente alternativas que compensem as perdas de receitas previstas no pacote fiscal, verificadas até agora, como o aumento da contribuição previdenciária dos servidores e o atraso na tramitação da CPMF.

Embora reconheça que o próximo

ano será de muito sacrifício, Paulo Paiva considera que o ajuste fiscal será o assunto principal da área econômica em 1999 e essencial para que o plano de ajuste trienal dê resultados positivos. Diante das constantes acusações de que a equipe econômica do governo vem tomando deci-

sões que não estimulam o crescimento, o que aumenta o quadro do desemprego, o ministro diz não acreditar que esse dilema exista.

No seu entender, é possível conciliar o equilíbrio fiscal com prioridades do governo. "O Orçamento enviado pelo Executivo ao Congresso espelha isso. É possível, mesmo num nível de gastos mais baixos, usar os recursos para áreas prioritárias", sustenta Paulo Paiva.

Com relação à pressão por juros mais baixos como principal estímulo ao crescimento o ministro esclarece que "eles dependem do ajuste fiscal".

E mais: "As taxas estão nesse nível por duas coisas: o setor público que precisa captar muitos recursos junto ao mercado e pressiona a taxa para cima. O outro fator é a percepção de que um desequilíbrio fiscal gera também desequilíbrios macroeconômicos, aumentando o risco Brasil."

Paulo Paiva não deixa nenhuma dúvida de que, na área macroeconômica, o ajuste fiscal é prioridade número um. "Numa escala de zero a dez, daria dez para a importância do ajuste. Mas o governo não tem só uma preocupação," pondera o ministro.

CRESCIMENTO

Ele argumenta que existe ainda o aumento da competitividade e a proteção social, que na agenda governamental são objetivos dos quais não se pode abrir mão. Paulo Paiva adverte, contudo, que "não há possibilidade de crescimento sustentado e de longo prazo com essa tendência de aumento da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)".

Segundo ele, esse crescimento "tem perna curta" e que o ajuste fiscal é um pré-requisito para o crescimento da economia. Por fim, Paulo Paiva garante que as metas serão cumpridas em 1999: "O presidente não hesitará em utilizar todos os instrumentos que tenha para garantir o resultado fiscal do ano que vem."

**"OS JUROS ALTOS
REFLETEM O
DESEQUILÍBRIO DAS
CONTAS PÚBLICAS E SÓ
PODERÃO CAIR NA
MEDIDA QUE OS
INVESTIDORES
PERCEBEREM QUE O
BRASIL ESTÁ GASTANDO
MENOS DO QUE
ARRECADAR"**

Paulo Paiva
Ministro do Planejamento